

## PROJETO DE LEI Nº 33/2025

**EMENTA:** Dispõe sobre a utilização onerosa e temporária de espaços publicitários nos ginásios e quadras esportivas municipais de Exu/ PE, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Exu - PE, **José Pinto Saraiva Junior**, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 69 da Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação e posterior votação o seguinte PROJETO DE LEI.

**Art. 1º** A presente Lei tem por objetivo autorizar e regulamentar o uso oneroso e temporário de espaços publicitários localizados em ginásios e quadras esportivas pertencentes ao Município de Exu/PE, visando à captação de recursos para manutenção, reforma e conservação dos equipamentos públicos esportivos, observados os princípios da publicidade, impessoalidade, isonomia e transparência.

§1º. A utilização dos espaços de que trata o caput será realizada mediante autorização de uso de bem público, de caráter precário, não exclusivo e revogável a qualquer tempo, observadas as condições estabelecidas nesta Lei e em regulamento próprio.

§2º. O uso dos ginásios e quadras esportivas municipais para destinação de espaço publicitário será remunerado por preço público, a ser fixado por decreto do Poder Executivo, conforme critérios técnicos de localização, dimensão e tempo de exposição.

**Art. 2º** O uso dos ginásios e quadras esportivas municipais para eventos ou práticas desportivas fica condicionado ao juízo de conveniência e oportunidade da Administração, levando-se em conta aspectos de mérito administrativo, como disponibilidade e segurança.

**Art. 3º** A autorização de uso de espaços publicitários será concedida por meio de procedimento de credenciamento público, observadas as normas gerais de licitações e contratos administrativos, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e do regulamento municipal aplicável.

§ 1º. O credenciamento destina-se a permitir a participação de múltiplos interessados, em condições isonômicas, sem exclusividade de exploração, desde que atendidos os

requisitos previstos no edital.

§ 2º. O edital deverá dispor sobre o uso racional dos espaços publicitários, a fim de que não haja prejuízo à realização de eventos e à prática desportiva no local nem comprometimento de sua visualização pelo público.

§ 3º. A autorização terá prazo máximo de 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período, mediante solicitação justificada e aprovação da Secretaria Municipal de Esportes e Juventude.

§ 4º. Findo o prazo máximo da autorização, a Administração Pública poderá promover novo credenciamento público, conforme disponibilidade dos espaços.

**Art. 4º** O Poder Executivo exercerá o poder de polícia administrativa através da fiscalização do conteúdo das mensagens publicitárias, devendo prevenir e reprimir aquelas contrárias à lei, à ordem pública ou aos bons costumes.

**Art. 5º** O ônus da instalação, conservação e manutenção da publicidade incumbe exclusivamente ao autorizatário até o prazo estabelecido.

**Art. 6º** Após o vencimento do prazo da publicidade, a Administração Pública poderá lançar um novo credenciamento e os interessados irão ser responsáveis pela nova publicidade.

**Art. 7º** O termo de autorização de uso deve conter, no mínimo:

- I – definição do objeto, o prazo do ato e a possibilidade de sua prorrogação;
- II – requisitos e condições da autorização;
- III – forma e critérios de seleção;
- IV – os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo;
- V – os casos de extinção; e
- VI – cláusula de previsão de incorporação ao patrimônio público, sem quaisquer ônus ao Município, de todos os bens instalados e não retirados após a extinção da autorização.

**Art. 8º** Em caso de descumprimento do termo de autorização de uso, das disposições editalícias ou das normas legais ou regulamentares, a Secretaria Municipal de Esportes e Juventude notificará o autorizatário para sanar o vício, no prazo assinalado, sob pena das cominações do edital .

**Art. 9º** É vedada a transferência, cessão ou subautorização dos espaços concedidos, sob pena de extinção imediata da autorização.

**Art. 10.** O inadimplemento de quaisquer obrigações, inclusive de pagar quantia certa, oriundas desta lei, do edital ou do termo de autorização de uso, e a constituição posterior de débito ou mora perante a Fazenda municipal, pelo autorizatário, implicam extinção da autorização.

**Art. 11** O valor arrecadado com a autorização onerosa de uso dos espaços publicitários será depositado em conta específica da Prefeitura de Exu-PE.

**Art. 12** Poderá ser admitida contraprestação não pecuniária por parte da iniciativa privada, desde que expressamente prevista no edital e no termo de autorização, consistindo em:

- I – reformas;
- II – pinturas;
- III – manutenções de equipamentos esportivos.

**Parágrafo único.** As ações previstas neste artigo deverão ser previamente aprovadas pela Secretaria Municipal de Esportes e Juventude, mediante avaliação técnica e de interesse público.

**Art. 13** Os custos com a exploração dos espaços publicitários dos ginásios e quadras esportivas municipais serão suportados pelo próprio contratado, na forma estabelecida no termo a ser firmado.

**Art. 14** Fica vedada toda e qualquer publicidade incompatíveis com o interesse público quando da utilização dos espaços autorizados pelo presente programa, que contrarie a lei, a ordem pública, os bons costumes ou que tenha conteúdo discriminatório, político-partidário ou religioso.

**Art. 15** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

**Exu - PE, 6 de outubro de 2025.**

**JOSÉ PINTO SARAIVA JUNIOR**  
- Prefeito -

## **PROJETO DE LEI Nº 33/2025**

### **JUSTIFICATIVA**

Senhora Presidente,

Senhores Vereadores,

A Administração Municipal de Exu/ PE, comprometida com a boa gestão dos recursos públicos e com a valorização dos equipamentos esportivos do Município, apresenta o Projeto de Lei nº 033/2025, que dispõe sobre a utilização onerosa e temporária de espaços publicitários nos ginásios e quadras esportivas municipais, com o objetivo de gerar receitas próprias destinadas à manutenção, reforma e conservação desses bens públicos, sem onerar o erário.

A proposta está alinhada aos princípios da eficiência, economicidade, publicidade e transparência previstos no art. 37 da Constituição Federal, e reflete o interesse da Administração em ampliar alternativas de financiamento e sustentabilidade para os equipamentos esportivos municipais, ao mesmo tempo em que fortalece o vínculo com a comunidade e o setor privado.

Por meio da exploração publicitária regulamentada, o Município poderá obter contrapartidas financeiras ou estruturais, revertidas em melhorias diretas nos ginásios e quadras, garantindo que esses espaços continuem a servir, com qualidade e segurança, à prática esportiva e às atividades sociais e culturais da população.

Em atenção a esse propósito, e considerando o teor do Ofício nº 022/2025, de autoria da Vereadora Andreia Sorhaia de Sousa Ferreira (Andreia de Ruga), que solicitou a este Poder Executivo a análise da possibilidade de envio de projeto de lei sobre o tema, a Administração elaborou a presente proposição, incorporando os fundamentos e objetivos indicados no referido pleito.

O texto normativo estabelece regras claras e equilibradas para o uso dos espaços publicitários, prevendo autorização de uso precária, não exclusiva e revogável, mediante credenciamento público, conforme as normas da Lei Federal nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos). Dessa forma, assegura-se tratamento isonômico aos interessados e observância dos princípios da moralidade e da impessoalidade.

Além disso, o projeto prevê que todos os custos com a exploração publicitária correrão por conta do autorizado, garantindo que o Município não arque com despesas adicionais e preservando o interesse público.

Diante do exposto, o Projeto de Lei nº 033/2025 constitui uma medida moderna, eficiente e de relevante interesse público, voltada à sustentabilidade dos equipamentos esportivos e à transparência na gestão dos bens municipais.

Submeto, portanto, o presente projeto à elevada apreciação dos nobres Vereadores, confiando em sua aprovação.

**JOSÉ PINTO SARAIVA JUNIOR**  
- Prefeito -